PROCESSO CEE Nº 0555/81 PROC. DRECAP-1 Nº 3991/80
 INTERESSADO: COLÉGIO TÉCNICO "SÃO CAMILO" - CAPITAL
 ASSUNTO: Regularização da vida escolar de Sarah Cristina de Araújo Boltos
 RELATOR: Com. João B. Salles da Silva
 PARECER CEE Nº 0795 /81 - CEPG - Aprov. em 20/05/81

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

1.1 - Em 03/11/80, em requerimento encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, a direção do Colégio Técnico "São Camilo" encaminhou os documentos escolares de Sarah Cristina de Araújo, solicitando a convalidação dos atos escolares praticados pela aluna, nas 7ª e 8ª séries do Curso Supletivo - Suplência em nível de 1º Grau - realizados em 1979 por não ter sido cumprido o disposto no Deliberação CEE nº 31/75. Os documentos escolares anexados à petição incluíram: Certidão de nascimento, histórico escolar referente ao ensino de 1º grau, ficha individual correspondente às 7ª série (1º semestre de 1979) e 8ª série (2º semestre de 1979) e o Certificado expedido à interessada em 06/12/79, concernente a conclusão do ensino de 1º grau.

1.2 - A 4ª Delegacia designou Supervisor de Ensino para examinar o caso e, em 04/11/80, a referida autoridade constatou a irregularidade da matrícula do aluno na 8ª série. Verificando o prontuário de Sarah Cristina de Araújo, observou que ela fora retida na 7ª série da Escola Municipal de 1º Grau "Edson Rodrigues", em 1978, transferindo-se para a mesma série do Colégio Técnico "São Camilo" (curso supletivo). A Escola recipiendária, no entanto, matriculou a aluna na 7ª série sem obedecer ao disposto nos artigos 1º e 2º da Deliberação CEE nº 31/75 "...já que a aluna somente completou a idade mínima exigida, em 15/04/79 (15 anos), portanto em meados do semestre letivo". Sugere a convalidação dos atos escolares praticados pela menor.

1.3 - A 4ª D.E., em 04/11/80, acolheu o Relatório da Sra. Supervisora de Ensino e encaminhou o expediente à DRECAP-1.

1.4 - A DRECAP-1, em 21/11/80, informou, em aditamento ao relatório da

Sra. Supervisora que houve, por parte do Colégio Técnico, o descumprimento do artigo 2º da Deliberação CEE nº 31/75. Considerou que, tendo a menor recebido o Certificado de Conclusão do Ensino de 1º Grau, a irregularidade fora consumada e remeteu os autos à COGSP.

1.5 - A COGSP devolveu o expediente a DRECAP-1 a fim de completar informações pertinentes ao caso. A diligência em apreço foi pedida em 04/12/80.

1.6 - Às fls. 18 do Processo consta declaração do Dr. Alfredo Pereira de Araújo (cirurgião-dentista), com o seguinte teor: "Declaro, para os devidos fins, que Sarah Cristina de Araújo trabalha como auxiliar no período das 8:00 às 17:00 horas". Esta declaração foi feita em 03/02/79. Em 15/01/81, o mesmo profissional informou que a menor continuava trabalhando, como auxiliar, em seu consultório.

1.7 - O Supervisor de Ensino encarregado da diligência junto ao Colégio Técnico "São Camilo", em 26/01/81, esclareceu que Sarah Cristina de Araújo Bottos cursou, em 1980, a 1ª série do 2º grau - Contabilidade-no mesmo estabelecimento de ensino. Verificou, ainda, que o nome completo da aluna era Sarah Cristina de Araújo Bottos.

1.8 - A COGSP propõe o encaminhamento da matéria ao Conselho Estadual de Educação, informando que "Tendo em vista que a interessada cursou as 7ª e 8ª séries com êxito e que não consta ter agido de má fé, parece-nos que deve ter sua situação regularizada, mediante convalidação dos atos escolares praticados, a partir da referida matrícula". O Parecer da COGSP foi emitido em 20/2/81.

2. APRECIÇÃO

2.1 - Trata o presente processo da regularização da vida escolar de Sarah Cristina de Araújo Bottos matriculada na 7ª série do Colégio Técnico "São Camilo", Curso Supletivo - Modalidade Suplência em desacordo com o que dispõem os artigos 1º e 2º da Deliberação CEE nº 31/75, sem a idade mínimo fixada pela referida Deliberação. Essa e a conclusão das autoridades pré-opinantes. Rezam os referidos artigos:

"Artigo 19 - A idade para a conclusão dos cursos do Ensino Supletivo, modali-

dade Suplência, de 1º e 2º graus, decorrerá da idade mínima estabelecida para ingresso, respectivamente, no artigo 8º, § 2º, alíneas "a" e "c" e no artigo 9º, § 1º, alínea "a", da Deliberação CEE nº 14/73".

"Artigo 2º - A idade mínima para a matrícula em séries superiores à inicial, ficará condicionada a prevista para início do curso, e a duração proposta nos respectivos plenos".

2.2 - Realmente se consumou uma irregularidade: Sarah Cristina de Araújo Bottos, nascida a 15/4/64, cumpria 15 anos em 15/4/79. Como ingressou na 7ª série, quando já integrada no mercado de trabalho - o que lhe permitiria ingressar na 5ª série com 14 anos, sua matrícula contrariou o disposto no artigo 2º da Deliberação CEE nº 31/75: sua matrícula, na 7ª série, exigiria a idade mínima de 15 anos.

2.3 - Tendo iniciado a 7ª série em 01/02/79, a interessada cumpria 15 anos em 15/4/79, isto é, dois meses após o encerramento da matrícula.

2.4 - Será necessário considerar que os resultados obtidos pela aluna, nas 7ª e 8ª séries do 1º grau e na 1ª série do 2º grau, foram satisfatórios. Não participou da efetivação da irregularidade cuja falta denota negligência do Colégio Técnico "São Camilo". Opinamos, como o fizeram as autoridades escolares que examinaram o caso, pela convalidação da matrícula na 7ª série.

II - CONCLUSÃO

Convalida-se, em caráter excepcional, a matrícula de Sarah Cristina de Araújo Bottos na 7ª série do Colégio Técnico "São Camilo", modalidade Suplência, em nível das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, em 1979. Ficam, também, convalidados, os atos escolares subsequentemente praticados. A Secretaria de Estado da Educação deverá advertir o supracitado estabelecimento de ensino, pela irregularidade cometida.

São Paulo, 15 de abril de 1981

João Baptista Salles da Silva
R E L A T O R

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Gérson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, João Baptista Salles da Silva, Joaquim Pedro Vilaça de Sousa Campos, Honorato De Lucca e Roberto Moreira.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 15 de abril de 1981.

a) Cons. JAIR DE MORAES NEVES
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 20 de maio de 1981

a) Consª MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente